

BAHIA E SERGIPE: R\$ 2,50  
OUTROS ESTADOS: R\$ 5,00

# A TARDE

www.atarde.com.br

FECHAMENTO: 00H49

FUNDADOR: ERNESTO SIMÕES FILHO

Salvador, Quinta-feira,  
13 de fevereiro de 2025

**BENEFÍCIO** Ministro Aroldo Cedraz propôs prazo de 120 dias para o governo regularizar questão orçamentária

## TCU aprova liberação de recursos do programa Pé-de-Meia

### DA REDAÇÃO

O Tribunal de Contas da União (TCU) formou maioria, ontem, para aprovar a liberação de R\$ 6 bilhões no orçamento para o programa social Pé-de-Meia. O recurso em análise é do governo federal, em contraponto com a decisão do ministro Augusto Nardes.

Nardes é o responsável pela suspensão dos valores, sob argumento de que os recursos não estavam no Orçamento Geral da União (OGU) de 2025, em medida de caráter provisório. Ao analisar o pedido do governo, o ministro sugeriu conceder 90 dias para que o Pla-

nalto encontre uma solução para o imbróglio, mas liberando o uso do valor antes bloqueado.

Em seguida, o baiano Aroldo Cedraz votou pela derrubada da medida e pelo prazo de 120 dias, 30 a mais do que o proposto por Nardes. No seu voto, Cedraz afirmou não ver motivos para a manutenção da suspensão.

“Conheço o agravo para dar-lhe provimento e revogar a medida cautelar. Determinando que a União apresente em 120 dias medidas para compatibilizar a operacionalização do programa Pé-de-Meia com os princípios necessários”, afirmou o ministro baiano.

Bruno Dantas, Antônio Anastasia, Benjamin Zymbler e Walton Alencar Rodrigues votaram pela derrubada da suspensão e pelo prazo de 120 dias, seguindo o voto de Aroldo Cedraz. Somente o ministro Jorge de Oliveira votou contra a suspensão.

Logo após o Tribunal formar maioria, o presidente Vital do Rêgo Filho suspendeu a sessão com a liberação dos recursos e com o prazo votado pela maioria.

A sessão durou mais de três horas, com quatro propostas divergentes. O presidente Vital do Rêgo chegou a suspender a votação para os ministros entrarem num consenso. No final, o acór-



Proposta do ministro Aroldo Cedraz prevaleceu em julgamento na Corte de Contas

dão incluiu várias das propostas apresentadas.

### Tema polarizado

O programa é alvo de polarização no Congresso. A oposição argumenta que o Planalto fez uso de “pedaladas fiscais” para financiar o Pé-de-Meia.

Já a deputada federal Ta-

bata Amaral (PSB-SP), autora do projeto que deu origem ao programa, afirmou que o repasse foi autorizado pela Lei 14.995 de 2024. Segundo ela, o movimento tem o mesmo impacto fiscal, sem gasto adicional.

“Entendo que alguns procedimentos garantam mais transparência e eficiência

na gestão pública, mas enquanto a questão técnica não se resolve, os estudantes não podem ser prejudicados”, declarou.

Na última segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), foi convidado para uma reunião marcada por Nardes para tratar sobre o Pé-de-Meia.